

RESOLUÇÃO N.º XX, DE XX DE XX DE 2017

Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão e intercâmbio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, EXTENSÃO, INTERCÂMBIO, NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS.

Art. 1º Fica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas autorizado a conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão e intercâmbio a alunos, servidores e pesquisadores internos, externos ou de empresas, nos termos desta Resolução.

Art. 2º As bolsas tratadas nesta Resolução têm por finalidade:

I - promover e incentivar a realização de programas e projetos institucionais que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e inovação no país;

II - apoiar programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação ou extensão, que contribua para a formação plena do discente ou se baseie na experiência profissional do servidor, em atendimento às demandas institucionais, do setor produtivo, de instituições governamentais ou de organizações sociais, sempre que possível em esforço conjunto com outras instituições de ciência e tecnologia do Brasil ou do exterior;

III - consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais no âmbito de atuação do Instituto Federal do Amazonas;

IV - atrair e fixar especialistas, técnicos e estudantes que contribuam para a gestão, desenvolvimento e execução de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão, ensino e intercâmbio;

V - apoiar programas de pós-graduação de caráter profissional, ofertados pelos Institutos Federais, que tenham por finalidade a formação de profissionais de alto nível para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação ou gestão administrativa e pedagógica.

§ 1º - A bolsa de pesquisa será concedida como instrumento de apoio e incentivo à execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e cultural.

§ 2º - A bolsa de extensão será concedida como instrumento de apoio e incentivo à

execução de programas e projetos de extensão, desenvolvidos em interação com setores da sociedade que visem ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento, bem como o desenvolvimento institucional, científico, tecnológico, cultural e de assistência social.

§ 3º - A bolsa de desenvolvimento e inovação será concedida como instrumento de apoio e incentivo ao aperfeiçoamento ou introdução de novidade no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços.

§ 4º - A bolsa de intercâmbio será concedida como instrumento de apoio e incentivo a programas e projetos institucionais que envolvam a troca de experiência ou o conhecimento em ações de ensino, pesquisa, extensão ou inovação.

Art. 3º As bolsas institucionais serão concedidas no âmbito de programas e projetos institucionais de pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão ou intercâmbio devidamente regulamentados pelo IFAM.

§ 1º Os critérios de seleção de bolsistas e projetos, a relação de beneficiários, os valores das bolsas e as respectivas regras do programa de concessão de bolsas serão de acesso público, cabendo ao IFAM providências relativas à ampla transparência dessas informações por meio de editais.

§ 2º A bolsa somente poderá ser concedida após o cadastro do projeto e dos respectivos bolsistas no Sistema de Gestão e Controle de Projetos e Bolsas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação – MEC, ou em Sistema do IFAM que possua integração ao Sistema Gestor de Contrato do MEC.

§ 3º A bolsa será concedida diretamente ao beneficiário, mediante a assinatura de termo de compromisso em que constem os seus respectivos direitos e obrigações.

Art. 4º Poderão ser beneficiários das bolsas referidas nesta Portaria:

I - os servidores públicos federais, estaduais, distritais e/ou municipais ativos ou inativos, civis ou militares, pertencentes ao quadro de pessoal da administração direta, autárquica ou fundacional;

II - empregados ou funcionários ativos, vinculados à empresas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que possuam parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM;

III - estudantes matriculados em cursos regulares do IFAM, independentemente do nível de ensino;

IV - Profissionais autônomos ou aposentados de comprovada capacidade técnica relativa ao escopo do projeto/programa.

Art. 5º As bolsas serão classificadas segundo a função e responsabilidade, nas seguintes modalidades:

I – Gestor de Programa: profissional responsável pela captação de parceiros e pela administração dos contratos de parceria, sendo desejável o conhecimento sobre gestão de convênios e contratos, a habilidade de intermediação das linguagens empresarial e acadêmica e o domínio de técnicas de gestão de pessoas e de recursos físicos e financeiros;

II – Gestor de Projeto: profissional responsável pela gestão e pelo bom andamento do projeto, sendo desejável o conhecimento de técnicas de gestão de projetos, habilidade de intermediação das linguagens empresarial e acadêmica e domínio de técnicas de gestão de pessoas e de recursos físicos e financeiros;

III - Coordenador de Projeto: Profissional responsável pela elaboração do projeto, apresentação dos resultados aos parceiros, elaboração da prestação de contas e pelo bom andamento do projeto, devendo ter conhecimento específico sobre o tema da pesquisa ou do projeto de extensão ou desenvolvimento, além da habilidade de gerenciar equipes de trabalho;

IV – Pesquisador: responsável pelo suporte técnico à elaboração do projeto, pelo planejamento e execução do projeto de pesquisa, pela coordenação e orientação da equipe e pela apresentação de resultados aos parceiros, juntamente com o Gestor e/ou Coordenador de Projeto; deve ter conhecimento específico avançado sobre o tema da pesquisa, além da habilidade de gerenciar equipes de trabalho predominantemente compostas por estudantes;

V – Extensionista: responsável pelo suporte técnico à elaboração do projeto, pelo planejamento e execução do projeto de extensão, pela coordenação e orientação da equipe e pela apresentação de resultados aos parceiros, juntamente com o Gestor e/ou Coordenador de Projeto, devendo ter conhecimento específico sobre o tema do projeto de extensão, além da habilidade de gerenciar equipes de trabalho predominantemente compostas por estudantes;

VI – Apoio Administrativo: responsável pelo apoio na execução do projeto, apresentação dos resultados aos parceiros e elaboração da prestação de contas e pelo bom andamento do projeto, atuando em apoio ao Gestor e/ou Coordenador de Projeto;

VII – Colaborador Externo: profissional especializado, sem vínculo com o Instituto Federal, cuja expertise é essencial para a complementação da competência da equipe, visando contribuir para a execução do projeto;

VIII – Estudante: cidadão ou profissional em processo de aprendizagem, matriculado no Instituto Federal ou sob termo de cooperação, responsável pela execução das atividades previstas no plano de trabalho descrito no projeto, sob a supervisão e orientação direta do Pesquisador, Extensionista ou do orientador;

IX – Intercambista: profissional ou estudante, responsável pelo desenvolvimento das

atividades previstas no projeto de intercâmbio, sendo que o intercambista profissional, brasileiro ou estrangeiro, é o cidadão com qualificação para colaborar com as atividades desenvolvidas pela equipe da instituição receptora no âmbito do ensino, pesquisa ou extensão, e o intercambista estudante é o cidadão ou profissional em processo de aprendizagem, que demanda a convivência em ambiente estimulantes, gerando novas referências para a sua formação profissional.

Art. 6º As modalidades de bolsas descritas no art. 5º serão definidas observando-se o vínculo institucional do beneficiário, a carga horária de dedicação e a natureza do programa ou projeto.

§1º As atividades realizadas por bolsistas servidores do IF deverão estar em consonância com a regulamentação institucional de atividades e carga horária para cada categoria de servidor.

§2º É permitido o pagamento de bolsas aos beneficiários previstos no Inciso I do art. 4º, desde que a carga horária dedicada às atividades do projeto seja compatível com as demais atividades do servidor na instituição a qual está vinculado.

§3º A carga horária dedicada às atividades do projeto, o acúmulo ou não com as atividades regulares de trabalho, bem como a forma de registro das horas trabalhadas para cada modalidade de bolsa deverão estar expressas em edital ou na resolução do respectivo programa.

Art. 7º Os valores máximos das bolsas terão como referência aqueles estabelecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em consonância com a tabela de equivalência apresentada pela Portaria nº 58 de 21 de novembro de 2014 SETEC/MEC, podendo ser pago em valores proporcionais à carga horária dedicada ao projeto, a partir dos valores estabelecidos pela Portaria referentes à carga horária de 20 horas.

§1º Para situações que ensejem valores de bolsas diferentes dos apresentados pela Portaria nº 58 de 21 de novembro de 2014 SETEC/MEC, o IFAM poderá operacionalizar a concessão de bolsas pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI, seguindo a resolução de disciplina o relacionamento entre IFAM e FAEPI aprovada pelo CONSUP, e as legislações vigentes, incluindo a Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016.

§2º As bolsas que tenham fundamento no art. 9º da Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011 (PRONATEC) sujeitar-se-ão às normas e regulamentos específicos do Programa instituído por esta Lei, inclusive quanto aos valores neles previstos.

§3º As bolsas que tenham fundamento no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 sujeitar-se-ão às normas e regulamentos específicos dos programas instituídos por este Decreto, inclusive quanto aos valores neles previstos.

§4º O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelo

beneficiário, inclusive os colaboradores externos, não deverá ultrapassar o limite constitucional de remuneração do funcionalismo federal, em consonância com o inciso XI do art. 37º da Constituição Federal.

§5º É vedado o acúmulo de bolsas de qualquer espécie, seja ela concedida pelo IFAM, pela FAEPI ou pelas agências de fomento governamentais, exceto quando expressamente admitido em regulamentação própria.

§6º As bolsas concedidas nos termos desta resolução são isentas do imposto de renda, conforme o disposto no art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e não integram a base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária prevista no art. 28, incisos I a III da Lei nº 8.212, de 1991.

Art. 8º As despesas com a execução das ações previstas nesta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente pelo Ministério da Educação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 9º Os casos omissos serão apreciados e julgados pelo Conselho Superior do IFAM, ouvidos os órgãos competentes e observada a legislação em vigor.